

FUNDAÇÃO DE FREGUESIAS, ELEVAÇÃO DE VILAS E FORTIFICAÇÃO DE PRAÇAS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1765-1775)

A gestão restauradora do Morgado de Mateus

Foundation of freguesias, rise of villages and blockhouse of square In the capitánias of São Paulo (1765-1775): the restoring management of the Morgado of Mateus

Ivone SALGADO*

RESUMO

O trabalho discute o plano estratégico de localização do conjunto de freguesias fundadas, vilas elevadas e fortificações construídas pelo Morgado de Mateus, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, no contexto do projeto metropolitano da coroa portuguesa frente às ameaças espanholas à fronteira sul da colônia. O trabalho explora como, a partir de um projeto delineado pelo governo pombalino, o Morgado de Mateus determinaria a posição estratégica de um conjunto de freguesias e vilas fundadas e/ou nomeadas. O trabalho investiga, ainda, o modelo urbanístico empreendido neste processo e o papel dos auxiliares militares que registrariam em cartas corográficas a grande aventura ocidental de ocupação militar construindo a base cartográfica para a fundação dos novos povoamentos.

Palavras-chave: São Paulo, modelo urbanístico, governo pombalino

ABSTRACT

The work argues the strategical plan of localization of the set of established clienteles, high villages and blockhouses constructed for the First-born son of Mateus, Governor and General Captain of the Captainship of São Paulo between 1765 and 1775, in the context of the metropolitan project of the Portuguese crown front to the Spanish threats to the south border of the colony. The work explores as, from a project delineated for the pombalino government, the First-born son of Mateus would determine the strategical position of a set of clienteles and established and/or nominated villages. The work investigates, still, the urbanístico model undertaken in this process and the military paper of the assistant that would register in corográficas letters the great adventure occidental person of military occupation having constructed the cartographic base for the foundation of the new povoamentos.

Keywords: São Paulo, urbanistic model, pombalino government

* Professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Campinas.

1. POVOAÇÃO NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

Para Antonio da Costa Santos¹, o conjunto de freguesias fundadas e vilas elevadas no governo de D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, entre 1765 e 1775, na capitania de São Paulo, participa da construção de uma estratégia de consolidação territorial, animação econômica e fortalecimento do poder central da Coroa na Colônia. Estes objetivos deveriam ser atingidos através da extinção das donatárias, da negociação com a ordem jesuítica estabelecida no espaço definido pelo Tratado de Madri de 1750 e pelo Tratado de El Pardo de 1761 no desfecho da mudança da capital do Brasil.

O discurso de posse do Morgado de Mateus, que fora nomeado a 4 de dezembro de 1764 e oficializado a 5 de janeiro de 1765, proferido no ato de restauração do governo de São Paulo, em 6 de abril de 1766, revela a dimensão do projeto delineado pelas instruções pombalinas de governo:

“Foi Sua Majestade servido de me mandar com o governo desta Capitania, encarregando-me de procurar por todos os meios estabelecê-la ao seu antigo esplendor, procurando os modos mais efecazes de acrescentar as suas povoações, estender aos confins dos seus domínios, fertilizar os campos com a agricultura, estabelecer nas terras diferentes fábricas, idear novos caminhos, penetrar ignógnitos sertões, descobrir o ouro das suas minas e, finalmente, fortificar suas praças, armar o seu exército, fazer observar as leis e respeitar as justiças.”²

Nas Cartas Instrutivas que Pombal estabeleceu para o Morgado de Mateus estava explícito o objetivo de consolidação do domínio das capitanias do Brasil. Em documento de 26 de junho de 1765, sobre a defesa especial a ser feita sobre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, esta última como nova capital, destacava-

se ser esta a “...chave deste Brasil, pela sua situação, pela sua capacidade, pela vizinhança que tem com os Domínios de Espanha”, e a primeira (no caso São Paulo) “pela situação que abre a porta a passagem das Minas”.³

Segundo Antonio da Costa Santos⁴, a obra geopolítica de ocupação do território paulista, realizada pelo Morgado de Mateus, delineia um nova dimensão para a pequena rede de povoações e vilas então existentes, adequando-a para ser a parte fundamental dos circuitos mercantis internos do eixo centro-sul da colônia.

A gestão restauradora da Capitania de São Paulo exercida pelo Morgado de Mateus definiu, entre outros, objetivos estratégicos de ocupação do território, a fundação de povoações, freguesias e elevações de freguesias a vilas, uma vez que a região estava pouco povoada naqueles tempos.

Para Heloísa Liberalli Belotto⁵, a maioria dos habitantes da capitania de São Paulo estavam dispersos pelo comércio e pela prática da lavoura itinerante pois as atividades econômicas na capitania não tinham um caráter sedentário, ao contrário dos engenhos de açúcar e da mineração, que propiciaram o povoamento em outras regiões do Brasil.

De uma maneira geral, o processo de urbanização do Brasil nos séculos XVI e XVII, segundo Nestor Goulart Reis Filho⁶, teve como característica a ‘maritimidade’; a vila de São Paulo constituía uma exceção, plantada serra acima e voltada para o sertão. Em concordância com as análises de Nestor Goulart Reis Filho, Heloísa Liberalli Belotto afirma que foi no século XVIII que a “obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica”. Seus fatores foram a expansão paulista e a beligerância espanhola, no sul; a mineração no Centro-Oeste; a expansão pastoril no Nordeste; e a ação missionária na Amazônia.⁷

¹ SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora de Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992), Editora UNICAMP, Campinas, 2002, p. 47.

² SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 47.

³ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 48.

⁴ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit. p. 65.

⁵ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979, p. 172.

⁶ In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 172.

⁷ Heloísa Liberalli, op. cit. p. 172.

Entre 1705 (data da criação de Pindamonhangaba) e 1767 (quando ocorreram fundações levadas a efeito pelo Morgado de Mateus) nenhuma vila foi fundada em território paulista. O reinado de D. João V e o de D. José, em seus primeiros tempos, estavam voltados exclusivamente para a zona de mineração. Deste modo, para São Paulo não havia necessidade, nem interesse, de expandir-lhe a rede urbana já existente no século XVII.

O próprio Morgado de Mateus o constataria ao enviar para Lisboa a descrição do 'estado político' da capitania, após um ano e meio de governo, ao comentar a respeito das antigas vilas:

“As Vilas e Povoações Civis que tem esta Capitania quase todas as fundarão os primeiros povoadores; aquellas de que pude alcançar a sua fundação quase todas forão feitas no tempo dos Donatários, e antes do descobrimento das Minas; a ultima que se fundou foi Pindamonhangaba, a qual foi feita Villa por ordem de Sua Magestade de dez de Julho de mil setecentos e cinco; tudo consta dos papeis antigos do Archivo desta Camara; desde esse tempo para cá não houve mais fundação alguma; porem algumas Villas são Povoações muito pequenas; os mesmos moradores que nellas se conservão são os que tem citio mais perto, porque os que os tem longe só acodem à Villa pelas festas do anno, ou em solenidades mayores, fora destes xazos vão seguindo o mato virgem...”⁸

A rede urbana que o Morgado de Mateus encontrou tinha como aglomerado principal a cidade de São Paulo, em torno da qual gravitavam aldeamentos indígenas e freguesias (algumas das quais seriam elevadas a vila durante o seu governo. Serra acima, distinguiram-se Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Destas, as mais prósperas e populosas eram Taubaté e Guaratinguetá. Para o Oeste, destacavam-se as vilas de Sorocaba e Itu.

Na marinha havia certa concentração de população da capitania, embora o número de habitantes de Paranaguá (a vila mais populosa do litoral) fosse inferior ao de Sorocaba. Curitiba e São José, não sendo litorâneas, foram também enquadradas entre as vilas do Sul, na Marinha. E estas é que figuravam logo abaixo de Paranaguá, em termos de população. Seguiam-se Santos, São Sebastião e Ubatuba.

Conclui-se que os núcleos mais povoados, em ordem decrescente, eram: São Paulo, Sorocaba, Paranaguá, Curitiba, Guaratinguetá, Taubaté, Itu e Santos. Mas, as cifras relativamente consideráveis, não indicam obrigatoriamente que as respectivas áreas urbanas fossem muito povoadas. Muitos dos moradores, não obstante computados como pertencentes às vilas, viviam na zona rural. Frequentavam o povoado quando das festas religiosas. Entre a gente dispersa, havia os que tinham atividades definidas em lavouras, em pousos, no comércio ou nas expedições de exploração. Mas, havia ainda os realmente vadios, vivendo de coleta e caça, sem rendimento e sem ocupação. Era principalmente contra estes que se voltavam as autoridades, procurando disciplinar-lhes a forma de vida e conduta.⁹

Para Heloisa Liberalli Bellotto¹⁰, D. Luís Antonio reconhecia que a capitania não poderia desenvolver-se sem se multiplicarem os colonos e sobre os poucos que ali se encontravam considerava que seriam mais úteis se congregados em povoações civis; quer fundando-se novas povoações ou acrescentando população àquelas já existentes.

A dispersão da população no território paulista prejudicava o objetivo de recrutamento visado pelo Morgado de Mateus. Parte desta população dispersa era constituída de índios congregados em aldeias, quer as do Padroado Real (Pinheiros, Barueri, São Miguel, Nossa Senhora da Escada, São João de Guarulhos), quer as que haviam pertencido aos Jesuítas (São José, Nossa Senhora da Ajuda, Mboy, Carapicuíba e Itapeverica). Segundo Heloisa Liberalli Bellotto, o Governador pensara em assegurar ao gentio o aprendizado de ofícios e em fazê-los cultivar as terras e

⁸ Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. São Paulo, 23 de dezembro de 1766, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: Heloisa Liberalli Bellotto, op. cit., p. 173.

⁹ BELLOTTO, Heloisa Liberalli, op. cit., p. 175.

¹⁰ BELLOTTO, Heloisa Liberalli, op. cit., p. 175-176.

observava que os mesmos encontravam-se marginalizados e vivendo em “grande decadência”. Ainda, informava a Pombal que os habitantes das aldeias dispersavam-se por causa da ausência de condições mínimas de sobrevivência. “Não obstante suas medidas para reorganização das aldeias, inclusive mandando recolherem-se os desertores, o Morgado de Mateus não acreditava no sistema como tal. Aliás, era idéia do governo central a integração das aldeias... Pensava que se formassem nelas freguesias que tornassem possível a congregação entre brancos e índios, visando depois sua elevação a vila, obter-se-iam vantagens recíprocas”.¹¹

O possível reabastecimento delas, por meio da sua produção agrícola e ganadeira, facilitaria altamente a manutenção das milícias paulistas. As povoações deveriam funcionar como “pontas de lança” para o

sertão, inclusive, com a possibilidade de seus habitantes se interessarem por futuras incursões de conquista e povoamento. Assim, deveriam as novas povoações superpor-se à rede urbana já existente, rede esta que há muito tempo não era revitalizada; ou deveriam se constituir em novas ramificações dessa mesma rede. Enquanto não se constituíssem em vila, com pelourinho e câmara, as povoações seriam governadas por diretores.

No início, inúmeras eram as dificuldades para o crescimento das povoações, dentre elas a pobreza da gente como pode ser observado para o caso de Sabaúna. Outras, todavia, prosperavam. Em 1770, D. Luis Antonio escrevia a um Bispo do Rio de Janeiro solicitando párcos para Guaratuba e agradecendo os já enviados para Lages. Ainda, comentava que os de Paranaguá e São Francisco não podiam assistir à Guaratuba em razão de seu redobrado serviço.¹²



Figura 1. Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Aspecto da Vila de Santos no período da administração do Morgado de Mateus.

¹¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 178

¹² BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 190.



Figura 2. Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Aspecto da Vila de São Vicente no período da administração do Morgado de Mateus.

Nos anos de 1770, as duas povoações haviam alcançado relativo progresso, pois D. Luis Antonio, observava que Guaratuba já se achava “com bastante cazas, Igreja e outros edificios públicos, em que se está actualmente trabalhando”¹³. E para que seu desenvolvimento fosse facilitado ordenava ao ouvidor da comarca de Paranaguá que a erigisse em vila. E a mesma ordem era dada com relação à Sabaúna.

2. UMA BASE CARTOGRÁFICA

A partir de 1720, a administração de D. João V definiu como fundamental promover o mapeamento das novas áreas ocupadas indevidamente em terras hispânicas em locais onde se descobrira as ricas minas de Goiás e Mato Grosso. Para tal, D. João V decidiu realizar um “Novo Atlas do Brasil” e enviou para a Colônia, em 1730, a

chamada “*Missão dos Padres Matemáticos*”, especificamente, os jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi, que realizariam um conjunto de vinte mapas de várias capitanias e da costa do Brasil, desde Cabo Frio até Laguna. Esta base documental forneceu aos portugueses dados concretos, referentes à situação dos confins da “Conquista”, que somados a outras fontes cartográficas permitiram a confecção do “*Mappa das Cortes*” que fundamentou e ratificou as negociações celebradas em Madri em 1750.¹⁴

Assim, a Coroa portuguesa “desde 1720 munira-se dos dados necessários para formular uma estratégia de negociação com Castela, objetivando legitimar um “território” invadido para além da fronteira convencional de Tordesilhas”. Os portugueses saíram na frente e durante cerca de 30 anos “desenharam” mentalmente e materialmente o ‘território’, cuja posse

¹³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit., p. 190.

¹⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenho e desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822), Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, p. 686.

queriam oficializar. As expedições científico-demarcatórias, posteriores à assinatura do Tratado de Madrid, vieram apenas coroar ou ratificar um “domínio” desenhado mentalmente antes de materializar-se no papel.¹⁵

As assinaturas de três Tratados de Limites – o de Madri de 1750, o de El Pardo de 1761 e o de Santo Ildefonso de 1777, implicaram o envio das expedições científico-demarcatórias ao Brasil¹⁶ visando negociar a posse da imensa faixa de terra ocupada pelos portugueses além Tordesilhas, bem como a troca da colônia do Sacramento (devolvida a Portugal pelo Tratado de Utrecht de 1715) por uma área de valor equivalente. Para a assinatura do Tratado de Madri, o diplomata Alexandre de Gusmão defendeu a

necessidade de se definir os limites entre as terras de Castela e de Portugal na América não pelas linhas convencionadas definidas anteriormente mas por linhas materiais argumentando sobre a necessidade de se compensar na América do Sul as terras usurpadas pelos espanhóis no Oriente.

Segundo o Tratado de Madri de 1750, Portugal cederia a colônia do Sacramento e território adjacente, bem como o arquipélago das Filipinas e ilhas próximas, em troca de toda a área ocupada pelos portugueses na Bacia Amazônica e na região de Cuiabá e Mato Grosso. Caberia, ainda, a Portugal as terras à margem setentrional do rio Negro e “nas margens e sertões orientais” dos rios Uruguai e seu afluente Pepiri (área já na sua posse).¹⁷



Figura 3. Carta 9ª da Costa do Brazil dezde a Barra de Santos athe a da Marambaya. Carta elaborada pelos jesuítas Diogo Soares e Domingos Capassi no século XVIII. Arquivo Histórico Ultramarino.

¹⁵ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, op. cit., p. 688.

¹⁶ GUERREIRO, Inácio. Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. Oceanos, 40, Lisboa, 1999, p.24-42.

¹⁷ GUERREIRO, Inácio, op. cit., p.28.



Figura 4. “Mappa do Continente da Colônia de Sacramento, R. Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a Linha de Divizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites Celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em anno de MDCCL”. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Para realizar o trabalho de mapeamento das terras e demarcação dos limites, dividiu-se o trabalho em seis *partidas*. Para coordená-las definiram-se em Lisboa e Madri duas Comissões – uma para atuar no

Sul na Baía do Prata e outra no Norte, na Baía Amazônica.

Em 1752, o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade,

foi designado para chefiar a Comissão do Sul, por parte de Portugal, juntamente com Gaspar Tello y Espinosa – o Marquês de Valdelirios, por parte de Castela.

A primeira *partida* da Comissão do Sul foi chefiada pelo genovês Miguel Ângelo Blasco, a serviço de Portugal, e por D. Juan de Echevarría, a serviço da Espanha, cabia proceder à demarcação da delicada área dos jesuítas, entre o regato que deságua perto de Castilhos Grandes, até ao ponto em que o rio Ibicuí “desemboca na margem Oriental do Uruguay” (local do primeiro marco, em dezembro de 1752). Em março de 1753 foram interrompidos os trabalhos desta “partida”, por ocasião das “Guerras Guaraníticas”, visto serem os jesuítas opositores das determinações do Tratado de Madri.¹⁸

Os trabalhos desta primeira equipe foram retomados cinco anos depois, em maio de 1758, concluindo-se a demarcação em 1759; sob a chefia de José Custódio de Sá e Faria, do lado português.

A segunda *partida* foi chefiada por José Fernandes Pinto Alpoim e D. Francisco de Arquedas e foi realizada durante o ano de 1759: partiu da Missão de São Francisco Xavier, na foz do Ibicuí (que deságua no rio Uruguai, com destino final no rio Ugureí, pouco acima do Salto Grande do Paraná). Faltou reconhecer apenas uma pequena área em função de erros de identificação da nascente do rio Pepiri, afluente do rio Uruguai.

A terceira *partida*, chefiada por José Custódio de Sá e Faria e Manuel António de Flores, iniciou seus trabalhos em novembro de 1753 e os concluiu em dezembro de 1754, cabendo-lhes percorrer a boca do rio Igureí à foz do rio Jaurú.

Em 1759, com a morte do Rei Fernando VI, foram interrompidos os trabalhos de demarcação em definitivo. O Tratado de Madri foi questionado e posteriormente anulado sendo substituído em 1761 pelo Tratado de El Pardo.

Em 1762, a Colônia do Sacramento foi tomada por D. Pedro de Cevallos, bem como a povoação do Rio Grande, na margem sul do canal de acesso à Lagoa dos Patos, no atual estado do Rio Grande do Sul.

Em 1763, o Tratado de Paris impôs aos espanhóis a restituição a Portugal da colônia do Sacramento e adjacências, mas as hostilidades no sul persistiam.

Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão pôde, portanto, debruçar-se sobre uma base cartográfica consolidada para desenhar o seu projeto de governo, restaurando de modo objetivo a autonomia paulista após os desdobramentos diplomáticos do Tratado de Madri (1750), marco histórico da política colonial portuguesa na América.

À semelhança dos padres jesuítas Diogo Soares e Domingos Capacci, outros especialistas haviam sido contratados por D. João V, geógrafos régios e engenheiros militares, por conta da demanda demarcatória dos domínios portugueses e dos descobertos bandeiristas. Este corpo técnico estaria presente no período de restauração da Capitania de São Paulo, durante o governo do Morgado de Mateus, permitindo uma base técnica para as conquistas a serem empreendidas.

A peça cartográfica inaugural do governo do Morgado de Mateus, segundo Antonio da Costa Santos¹⁹, acertaria divisas entre paulistas e mineiros, podendo ser considerada o primeiro grande ato político do Morgado de Mateus. Trata-se da “*Carta Chorográfica da Capitania de S. Paulo ...por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com o de Minas Geraes. Anno de 1766*” que, ao ampliar a fronteira dos paulistas conquista importante vitória diplomática a estabelece uma nova linha divisória sobre os acordos anteriormente determinados. Retoma, deste modo, a posse e o domínio de terras consideradas usurpadas do patrimônio paulista e cria condições para o exercício de sua estratégia geopolítica de governo, “ao instalar... uma pequena constelação de freguesias e vilas em forma de arco nas fronteiras com os mineiros e cariocas”.

¹⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira, op. cit, p. 692.

¹⁹ SANTOS, Antonio da Costa, op. cit, p. 54.

nível, responsáveis pela elaboração dos planos de construção de suas vilas, edifícios e fortificações.

José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar português fazia parte da equipe enviada para o Brasil para apoiar as atividades de demarcação decorrentes do Tratado de Madrid de 1750. Trabalhou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo.

Em 1774, o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria foi designado pelo Morgado de Mateus para organizar o sistema defensivo na Praça de Iguatemi. Sá e Faria realizou a viagem por via fluvial, partindo da Freguesia de Ararituaba (hoje cidade de Porto Feliz - SP) tendo elaborado um diário circunstanciado e um conjunto de desenhos, registrando seu percurso e as características de alguns povoados, como da própria

freguesia de Ararituaba, que adquiriu importância especial, porque era o ponto de partida das expedições que se dirigiam à Praça Forte de Iguatemi, no limite oeste da capitania, junto às áreas de colonização castelhana. Nesta região, o governador estimulou a produção de açúcar, o que incrementou o seu desenvolvimento econômico.

O abastecimento das expedições para o Iguatemi, justificaria, ainda, a fundação de algumas povoações junto ao Tietê, ou em sua direção, dentre elas Piracicaba, atual Piracicaba - SP e Campinas de Mato Grosso, depois São Carlos, atual Campinas - SP.

Todavia, a conclusão precipitada do governo de Morgado de Mateus esteve relacionada a uma crise política instalada com o poder central tendo como foco o projeto da vila fortificada da Praça dos Prazeres no Iguatemy.

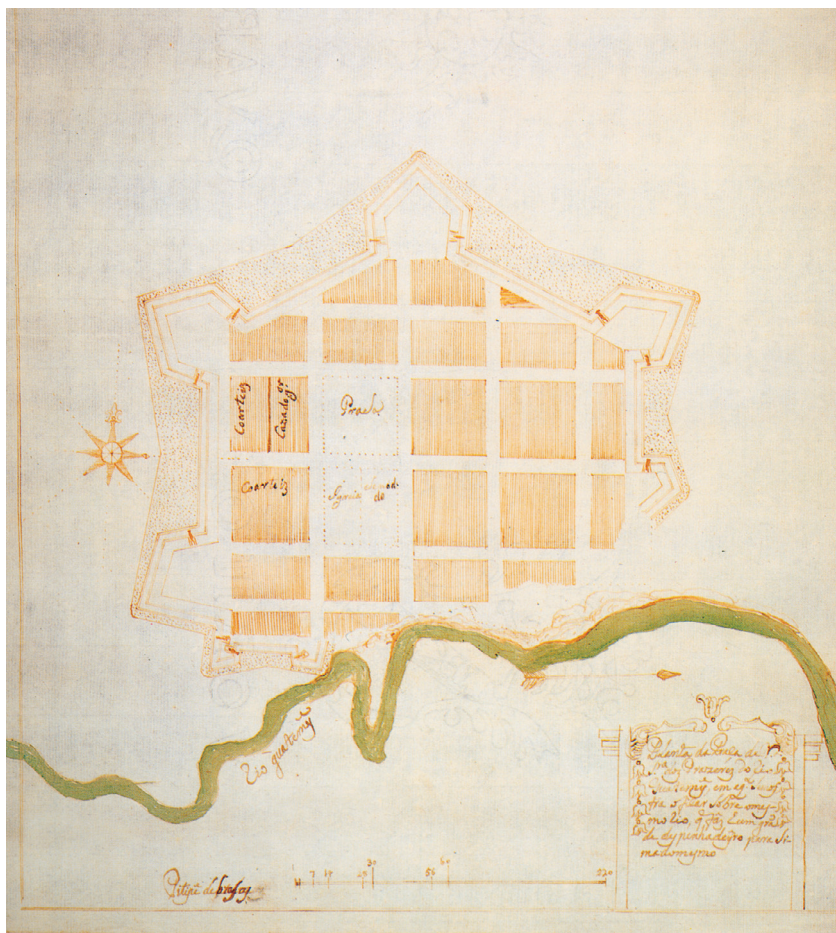


Figura 6. Planta da Praça de N. S.ª dos Prazeres do Rio Guatemy.. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Desenho atribuído a José Zuzarte.



Figura 7. Frega. De Ararituaba. Arquivo Histórico do Itamarati. Desenho de José Custódio de Sá e Faria.

4. A OCUPAÇÃO DO CONTINENTE SUL E O CAMINHO DO VIAMÃO

A ocupação do Continente Sul permaneceu como território de conflito entre portugueses e espanhóis

durante os séculos XVII e XVIII. Em 1680, o Governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo alcançou a região do Rio da Prata e iniciou a construção de uma fortaleza e uma povoação ao seu redor que se denominaria Colônia do Santíssimo Sacramento, onde hoje se encontra a cidade

uruguaia de Colônia. O governador espanhol de Buenos Aires, D. José de Garro, no mesmo ano, ordenou o ataque a Colônia e fez prisioneiro D. Manuel Lobo, que viria a falecer logo em seguida.

Em 1681, foi assinado um tratado em Lisboa que passaria a Colônia para os portugueses, fato consumado somente em 1683. Entre 1704 e 1705, os espanhóis atacaram várias vezes Colônia, arrazando-a e fazendo os portugueses abandonarem o local. Este seria reconstruído, já sob o domínio espanhol. Pelo Tratado de Utrecht, de 1715, Colônia voltava ao domínio

português. Entre 1735 e 1737, os espanhóis mantiveram novamente sob cerco os portugueses, sob ordens de D. Miguel de Salcedo. Somente com o Tratado de Paris de 1737 determinou-se um armistício. Neste período, se desenvolveria na região Montevidéu e seria fundada a cidade de Rio Grande. O Tratado de Madri de 1750, entre Portugal e Espanha, estabeleceria que a Colônia de Sacramento (hoje em território do Uruguai) seria permutada pelos Sete Povos das Missões, até então ocupados pelos padres jesuítas espanhóis, incorporando ao domínio português mais de um terço do atual território do Rio Grande do Sul.



Figura 8. *Carte manuscrite de l'embouchure de Rio da Prata*, Biblioteca Nacional de Paris. Desenho de Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville, 1740.

Na costa marítima, a região era desabitada pelos portugueses que nada haviam estabelecido ao sul de Paranaguá até meados do século XVII. As primeiras tentativas de povoamento da região de Laguna datam de final do século XVII. Somente no início do século

XVIII, o governador do Rio de Janeiro, D. Francisco de Távora, objetivando uma expansão das conquistas territoriais para o sul elevou à povoação Santo Antonio dos Anjos da Laguna. Ainda, ordenou a João de Magalhães examinar e abrir caminho para o Rio Grande

de São Pedro e dali para as campanhas de Buenos Aires devendo o mesmo relatar também o estado em que se encontrava a Colônia de Sacramento.

“Seguem-se outras explorações para o interior do continente sul. Começava o lugar a tomar importância, tanto pelo apoio que poderia dar à

Colônia de Sacramento, como pelo interesse que despertavam as campanhas do sul pelas minas de prata e de ouro que supostamente existiriam e também pelo gado disperso que nelas se encontrava. Por essa razão, a 20 de janeiro de 1720 era instalada oficialmente a Vila de Laguna”²¹



Figura 9. Vila da Laguna e barra do Taramandi na costa do Brasil e América Portuguesa, Arquivo Histórico Ultramarino. Cartografia manuscrita de Diogo Soares.

A partir de 1728, inicia-se um novo povoamento da região de São José do Norte nas imediações de onde surgiria, alguns anos mais tarde, a freguesia de Viamão. Em 1742, a Vila de Laguna é desmembrada do governo de São Paulo e integrada ao do Rio de Janeiro dando continuidade ao processo de ocupação desta região sul.

Com a fundação da colônia de Sacramento e de Laguna, logo começou o trânsito entre as duas localidades e pode-se constatar a existência de muito

gado selvagem assim como a presença indígena na região, sobretudo os índios charruas e minuanos. Expedições exploratórias sucessivas são empreendidas pelos portugueses na região sul dando início ao comércio do gado.

Na Capitania de São Pedro, a consolidação de uma nova rota do sul ligando os campos de Curitiba e São Paulo tinha por finalidade encurtar os caminhos e evitar os acidentes geográficos existentes na primitiva

²¹ OLIVEIRA, Clovis Silveira. Porto Alegre: a cidade e sua formação, (2 ed.), Porto Alegre, Editora Gráfica Metrópole S. A., 1993, p. 21.

Laguna aos poucos ia diminuindo de importância em função do interesse de seus habitantes em povoar as terras mais ao sul na região de Rio Grande. Ainda, o trânsito de tropas que começava a ser feito pela nova estrada planejada encurtava a distância do Sul a São Paulo, indo pelo interior e passando pelos campos de Curitiba. A situação sempre indefinida da colônia de Sacramento, desde sua fundação, fez com que as autoridades planejassem um ponto de apoio à localidade, no meio caminho de Laguna. Havia a decisão de povoar a região do canal do Rio Grande, aproximando, assim, os recursos para a colônia do Sacramento. O conde de Sarzedas, D. Luis Antônio de Távora, governador de São Paulo, facilitava recursos aos que tivessem interesse em se fixar no Rio Grande. A Barra do Rio Grande também era conhecida pelo apelido de Barra Diabólica devido aos seus baixios movediços e correntes traiçoeiras. De uma fortaleza e do povoamento surgido em seus arredores, formar-se-ia a vila de Rio Grande, cuja fundação data de 1737. Com a posse deste território e a barra fortificada estava garantida a entrada da Lagoa e do Porto. De Rio Grande iria se irradiar o movimento de conquista da região pelos portugueses. De 1737 a 1760 o território passou a denominar-se comandância do Rio Grande de São Pedro. Rio Grande passou a ser a capital do continente de São Pedro, até ser invadida e tomada pelos espanhóis, sob comando de Ceballos, em 1763. Ficaria por cerca de 13 anos sob o domínio espanhol, ou seja, até 1776. Neste período a capital foi transferida às pressas para Viamão.

Com a fundação de Rio Grande em 1737, e a posterior elevação do povoado à categoria de vila em 1747, se decide sobre a instalação da primeira e única câmara (ou “senado da câmara”) em território do Rio Grande do Sul, que seria efetivamente instalada somente em 1751. Aí ficaria até a invasão espanhola e a tomada da localidade em 1763 pelas tropas de Ceballos. Nesta época, esta Câmara foi transferida para “[...] Rio Pardo”, onde ficaria de 1763 a 1766, quando então passaria para Viamão, que havia sido elevada à categoria de capital do continente.

Após a retomada de Rio Grande, em 1776, esta formaria com Rio Pardo e Porto Alegre, os três pontos fortificados no sul do continente.

O Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e Espanha em 1750, determinava a permuta dos

territórios da colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Com o esvaziamento da região missioneira pela retirada dos padres jesuítas e seus índios por determinação do Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, apresentava-se a oportunidade de repovoamento da região. Todavia, os planos de repovoar a região das Missões, tiveram que ser alterados, uma vez que os padres jesuítas opuseram-se à entrega dos Sete Povos, com reação levada a efeito pelos índios, resultando a intervenção armada que é conhecida por Guerras Guaraníticas. A povoação foi se definindo na rota original: Rio Grande, Porto de Viamão, Santo Amaro e Rio Pardo.

Em 1765, quando o Morgado de Mateus inicia o seu governo da capitania de São Paulo, foi enviado para o Brasil, pelo Marquês de Pombal, José Marcelino de Figueiredo, ou Manoel Jorge Gomes Sepúlveda, que assumiria o Governo da Capitania de Rio Grande em 1769. Este observou a posição estratégica do porto de Viamão, por estar a meio caminho dos dois pontos fortificados do continente, Rio Grande e Rio Pardo, por vias perfeitamente navegáveis, e teve logo a convicção de que ali é que deveria ser localizada a capital. Assim, em 1772, o Porto dos Casais (futura Porto Alegre) seria desmembrada da jurisdição eclesiástica de Viamão (freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão), dando-lhe a nova denominação de São Francisco do Porto dos Casais, denominação efêmera, pois em 1773 passaria a denominar-se freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Neste mesmo ano, reconhecendo a importância estratégica do lugar, o Vice Rei Marquês de Lavradio transfere para ela a administração do continente, tornando-a capital.

A única câmara do Rio Grande permaneceu em Viamão até 1773, quando, pela posição estratégica da nova freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, teria a Câmara ali sido instalada, mesmo ainda antes de ser elevada à categoria de Vila, mas por ser a nova capital do continente.

Conforme a finalidade a que se destinavam, e também pelo tamanho, se distinguiam as primeiras terras distribuídas pelo governo aos que iniciaram o povoamento do continente de São Pedro. As datas eram terras destinadas à agricultura e podiam ser distribuídas ou doadas sem maiores formalidades pelo governo sendo que cada data compreendia 272,5

hectares, sendo uma espécie de chácara ou colônia. Quando criada a freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, em 1772, futura cidade de Porto Alegre, foram distribuídas a cada família o que se poderia considerar “meias datas” pelas suas dimensões: segundo os certificados, cada família recebeu uma porção de terras de forma retangular com comprimento de norte a sul de 100 braças (2.200 m), largura de leste a oeste de 281 braças (616 m), perfazendo uma área total de 135,5 hectares. Ao se tornar freguesia em 1772, São Francisco do Porto dos Casais teve suas terras divididas em datas destinadas aos povoadores. Na repartição das mesmas, deveria ser reservado um terreno para logradouro da vila, em terreno localizado no topo da colina, onde se ergueria suas primeiras ruas e a igreja

matriz. As dimensões desta data foram de 730,5 braças de comprimento no sentido norte-sul e 400 braças de largura no sentido leste-oeste, ou seja, 1.607 x 880 m. Estas medidas formariam um retângulo que abrangia 141,5 hectares, pouco maior que a área que cada família recebeu para povoamento.²²

A regularidade do traçado observada no desenho de José Custódio de Sá e Faria, de 1776, para Vila de Nossa Senhora de Conceição da Lage, onde está registrada a área central do povoamento, revela as práticas de demarcação das datas na constituição das povoações. No primeiro ano de governo do Morgado de Mateus, a fundação de Lages inseria-se nas tentativas de estabelecer povoações na direção sul tendo um objetivo muito mais estratégico, visando fixar o povoamento ao longo do caminho do Viamão.

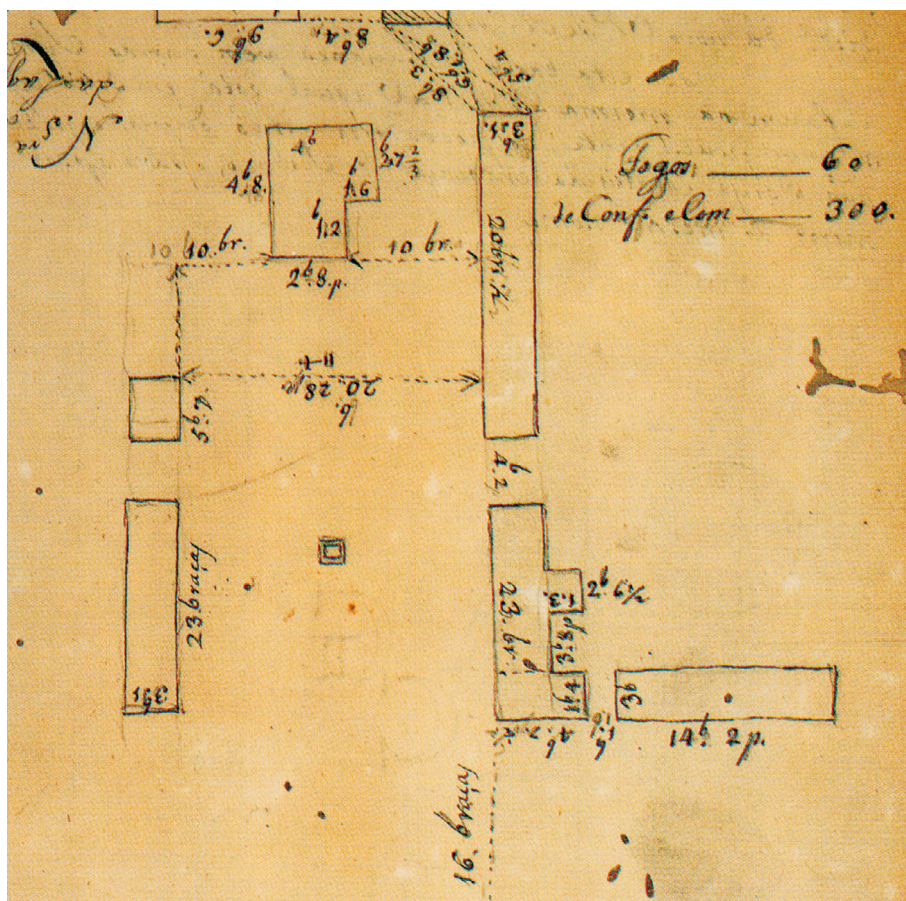


Figura 11. N. S. ra da Conceição da Lage, Arquivo Histórico do Itamarati, Original de José Custódio de Sá e Faria, 1776.

²² OLIVEIRA, Clovis Silveira, op. cit, p. 52.

Para o sul, além de Sorocaba, na serra-acima, o que havia de considerável em matéria de povoação era só a vila de Curitiba, que fora criada no século XVII em torno da exploração de ouro e do Registro de Curitiba. O alvo do Morgado de Mateus eram os Campos de Lages que eram os últimos confins que na época possuía a capitania de São Paulo na sua parte sul e que se estendia até as margens do Rio das Pelotas. Com o mesmo objetivo, de colonização do roteiro do sul, providenciara, em julho, o povoamento de Faxina; punha grandes esperanças na fundação desta povoação confiando nos bons serviços de seu diretor.

A principal dificuldade neste primeiro projeto de implantação de povoação era a questão de soberania territorial. Se os limites da vila de Curitiba para o sul eram até o rio Pelotas, que dividia o Campo das Lages do Campo de Vacaria, o território era incontestavelmente paulista. Mas, no dizer do então governador do Rio Grande, José Custódio de Sá e Faria, tanto Lages como Iguatemy significavam pretensões ilegais de D. Luís Antonio, uma vez que se situavam em território “seu”, no primeiro caso, e espanhol no segundo.

De qualquer modo, em Lages, com a povoação prosperando pouco a pouco, estava lançada a ponta de lança na direção sul visando facilitar a extensão dos domínios portugueses. Assim, na fundação de Lages o objetivo militar (trânsito de tropas) mesclava-se ao colonizador (implantação de povoações) e ao político (extensão de domínio português). Entretanto, sofria o Morgado de Mateus com este plano a primeira contestação de vulto, por parte de autoridades locais: José Custódio de Sá e Faria e o Conde da Cunha.

Ainda, o Morgado de Mateus pretendia fundar Faxina no caminho entre São Paulo e Curitiba, por considerar o local uma paragem acomodada para pouso dos comerciantes de Viamão. Como Faxina, hoje Itapeva SP, situava-se à margem da estrada para o Rio Grande, beneficiava-se das duas rotas – a do Viamão e a do Tibagi. Lages também foi mencionada pelo Morgado de Mateus como povoação a ser fundada a cem léguas de Curitiba, no caminho para o Viamão, onde visava fortificar a passagem junto ao rio Pelotas, contra a possível invasão dos espanhóis. Justificado por

objetivos semelhantes, o governador mencionou em suas correspondências a intenção de fundar a povoação na enseada de Guaratuba, abaixo de Paranaguá para o sul, a dez léguas, por ser porto de mar. Referia-se, ainda, à Sabaúna, entre Iguape e Cananéia, pelo local ser muito farto de peixe e de boas terras. Fora das referidas povoações, observava ainda preocupações com Itapetininga, onde fizera freguesia, por ficar muito distante de Apiaí e, portanto, sem assistência religiosa.

Guaratuba terá sido a primeira preocupação do Morgado de Mateus em matéria de povoar e urbanizar uma área específica. Com seis meses do governo em Santos, emitiu D. Luís Antonio um bando de povoadores para que se povoasse a enseada de Guaratuba, distrito da Villa de Paranaguá. A intenção seria a de garantir, através de colonização de toda a baía de Paranaguá, a segurança de toda aquela área estratégica. O litoral sul era sempre área vulnerável às aproximações espanholas. Havia, portanto, dificuldade em recrutar candidatos para se estabelecer naquela enseada. Sabaúna, do distrito da Vila de Iguape, também foi iniciada pelo bando que iniciava Guaratuba. O desenvolvimento das duas povoações encontrou muitas dificuldades e em 1767 era ainda muito pouco o que se havia conseguido em relação ao estabelecimento daquelas povoações.²³

A colonização da Costa Atlântica também seria um objetivo de Morgado de Mateus na sua política de ocupação da parte sul do território. Para tal, através de Santo Antônio das Minas do Apiaí, situada na convergência do antigo caminho do Peabiru com o vale do Ribeira do Iguape, iniciou-se a colonização da parte marítima entre Curitiba e a cidade de São Paulo: Sabaúna, Ararapira e Guaratuba. Também reformaram-se e ampliaram-se as fortalezas de Paranaguá, Santos e Bertioga, dentro do mesmo contexto. O conjunto das fundações litorâneas, articulava-se deste modo, com as resoluções separatistas da Ilha de Santa Catarina e a ligação com o Rio Grande.

Em janeiro de 1776²⁴, José Custódio de Sá e Faria fez uma viagem de Santos a Paranaguá e ao rio de São Francisco do Sul, nas divisas da capitania de São Paulo com a de Santa Catarina. Durante a viagem realizou

²³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 189.

²⁴ REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna) São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000.

observações e levantamentos em todas as povoações percorridas. Dos desenhos, conservam-se apenas os que estão contidos no diário, como São José de Ararapira que foi fundada em 1767 e elevada à freguesia em 1769 e, pouco depois, exaustorada. São José de Ararapira situava-se à margem direita do rio Ararapira, em território do município de Cananéia-SP. Sua população era constituída por índios de uma antiga aldeia e por moradores das áreas rurais mais próximas.

O Morgado de Mateus aludia em seus registros às povoações que iniciara em Santo Antonio do Registro e Santa Ana do Iapó, ambas junto ao rio Tibagi. Alegava que podiam estar mais adiantadas, não fosse a necessidade de seus homens saírem para compor as expedições ao sertão que lhe ficava próximo. Santo Antonio do Registro, também chamada de Santo Antonio da Lapa, no século XIX foi a vila do Príncipe, sendo hoje a cidade da Lapa, em território paranaense. Sendo freguesia em 1769, Santo Antonio do Registro, no distrito de Curitiba, foi elevada a vila por Morgado

de Mateus em 11 de dezembro de 1771. Quanto a Iapó, hoje Castro, no Estado do Paraná, também fora criada como freguesia pelo Morgado de Mateus em 1769, sendo elevada à vila em 1778. Quanto a Lages, tornar-se-ia definitivamente estabelecida em lugar apropriado, depois das duas vezes em que teve que mudar por causa das enchentes, uma do rio das Pedras e outra do rio das Canoas.²⁵

No percurso da rota do Viamão, que ligava São Paulo ao sul dos domínios portugueses, passando por Curitiba, o morgado de Mateus fundou: Itapetininga (SP), Faxina (atual Itapeva-SP), Santo Antonio das Minas do Apiaí (atual Apiaí-SP), Santa Ana do Ipó (atual Castro-PR), Santo Antonio da Lapa (atual Lapa-PR) e Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (atual Lages-SC). Consolida-se, assim, a Estrada do Viamão entre a capital paulista e o Rio Grande de São Pedro até a colônia do Sacramento, atingindo os interesses de defesa militar do sul e da pecuária dos Campos de Vacaria.

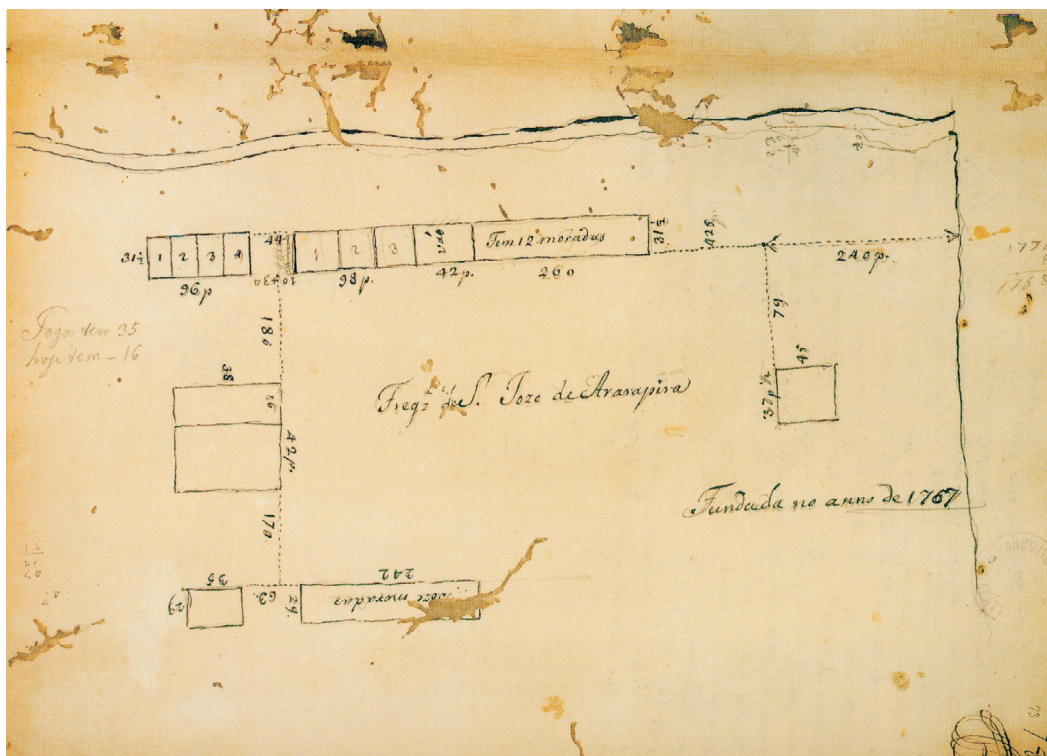


Figura 12. Fregia de S. Jose de Araripa. Arquivo Histórico do Itamarati. Original de José Custódio de Sá e Faria de 1776.

²⁵ BELLOTTO, Heloisa Liberalli, op. cit. p. 195.

5. A OCUPAÇÃO DO TERITÓRIO NOTORIAMENTE PAULISTA

As dificuldades com as quais se deparou o Morgado de Mateus, em torno da questão da legalidade da jurisdição, teriam contribuído para que as novas tentativas de povoamento fossem em território notoriamente paulista.

As novas povoações seriam destinadas à gente dispersa, sem domicílio e sem ocupação e, portanto, sem recursos. Para atrair gente, o Morgado de Mateus solicitava ao governo central que, quando as povoações se transformassem em vilas e fossem estabelecidas as suas instâncias jurídicas, as pessoas ali estabelecidas não deveriam ser chamadas a responder por crimes e dívidas feitas antes de se constituir a povoação. É que, nesse caso, correr-se-ia o risco de nova dispersão desses habitantes. Estas mesmas concessões também seriam destinadas tanto aos que, mesmo trabalhando na lavoura, o faziam em sítios volantes, o que não lhes permitia reunião demográfica, como aos índios, que já tinham sido administrados e que agora andavam dispersos. Considerava o Morgado que, reunidos em lugares de cinquenta vizinhos para cima poderiam os paulistas cumprir seus deveres religiosos e civis. Afastados, não poderiam atender a tempo ao serviço e necessidade do governo.

Durante o governo do Morgado de Mateus, quando uma povoação era elevada a vila, o governador fazia com que o antigo diretor continuasse com funções específicas de coordenar o povoamento e de realizar a concessão de terras, não obstante a formação das câmaras municipais. Assim, as novas povoações não sofreriam solução de continuidade nas obras já iniciadas.

“Porquanto nas novas povoações que mandei fundar tem chegado o seu aumento ao ponto de se erigir em Villas e tenho estabelecido na mayor parte dellas, não só o governo civil das Camaras, mas também os postos militares da

ordenança, e ao mesmo tempo hé necessario continuar o mesmo Director às suas funções para irem as mesmas Povoações em crescimento, e haverem de se estabelecer novos moradores que vem concorrendo de fora, aos quaes hé necessário repartir terrenos para cazas e terras de sesmarias ou sitios para suas fazendas (...) ordena que os Capitães Mores, de Ordenança e outros oficiais tenham a graduação dos das ‘terras já estabelecidas’, submetendo-se às disposições do Director”.²⁶

Segundo Heloísa Liberalli Bellotto²⁷, o empenho de D. Luis Antonio no andamento das novas povoações era muito grande, assim como no das já existentes. Queria documentar-se sobre elas, para conhecer sua situação jurídica.

Na marinha, preocupou-se o Morgado de Mateus em criar e desenvolver as povoações de Araripa, junto a Cananéia -SP e Caraguatatuba -SP, no litoral norte. Para a fundação de Caraguatatuba, como povoação, foi ordenado ao Sargento Joaquim da Silva Coelho, comandante do destacamento da Vila de São Sebastião, para que a fizesse, na paragem chamada “Carauatatuba”, no distrito daquela vila.

No rumo da nova capital da Colônia, entre o vale do Paraíba e o porto de São Sebastião, na região serrana, o Morgado de Mateus também organizaria algumas povoações, como em São José do Paraíba (atual cidade de São José dos Campos -SP) e nas freguesias de São Luís e Santo Antonio de Paraibuna, atual Paraibuna-SP e São Luís do Paraitinga -SP, configurando um esquema defensivo entre a cidade de São Paulo e o porto de Parati, buscando, deste modo, proteger a capital, Rio de Janeiro.

Com vistas a assegurar fronteiras paulistas com a capitania das Minas Gerais e os domínios do caminho das Minas dos Goyazes, o Morgado de Mateus promoveu a ocupação da região em cinco vilas e freguesias, onde ordenou a fundação de Nossa Senhora da Escada, atual Guararema-SP; Botucatu -SP; entre

²⁶ “Ordem para que nas novas Povoações as autoridades continuem com as suas Jurisdições mesmo depois de elevadas a villas”. São Paulo, 14 de agosto de 1771. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 191.

²⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 186.

estas instalou de modo equidistante São João do Atibaia, atual Atibaia - SP, elevada para vila; Piracicaba; e entre estas duas, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, atual Campinas – SP, em direção à estrada goiana.

Na serra-acima, cronologicamente considerando, as primeiras providências em questões de urbanização foram relativas à Piracicaba, à São José do Paraíba e à Nossa Senhora da Escada, hoje, respectivamente, as atuais cidades paulistas de São José dos Campos e Guararema.

Em 1767, em local já povoado desde fins do século XVII, o Morgado de Mateus ordenava ao Capitão Antonio Barbosa Pereira que escolhesse uma paragem muito cômoda para a povoação, para que pudesse crescer no futuro. Que ela fosse junto à foz do Rio Piracicaba sobre o Rio Tietê. Seu objetivo era que os moradores pudessem se beneficiar do comércio com os navegantes que se destinavam ao Mato Grosso. Esta iniciativa estaria associada à sua empresa do Iguatemi. O fornecimento de víveres e, no caso de Piracicaba, o de canoas, era fundamental para a organização das expedições. Três anos depois de seu início, a povoação era elevada à freguesia.

A ereção em vila, na mesma época da fundação de Piracicaba dos aldeamentos de São José e de Nossa Senhora da Escada enquadrava-se na política de integração do índio e por ela se batera desde o início de seu governo²⁸, segundo Heloísa Liberalli Bellotto. A assistência aos índios e a sua congregação em povoações com condições para serem vilas estavam previstas nas instruções de Governo. Ao ordenar a transformação das duas mencionadas aldeias em vilas, D. Luis Antonio referia-se às instruções reais recebidas em 26 de janeiro de 1765, assim como em outras ordens posteriores, que indicavam ser muito conveniente ao Real Serviço que nesta capitania se erigissem vilas nas aldeias dos índios.

Em fevereiro de 1768, o Morgado de Mateus expunha a Pombal as razões pelas quais erigira em vila a aldeia de São José, em junho de 1767. Remetia-lhe

também o Auto de Erecção, e a descrição do levantamento do pelourinho e informações sobre a eleição da sua Câmara.

A sudoeste de São Paulo, em meio caminho para a região do Tibagi, situava-se a povoação de Itapetininga fundada em 1766, por Simão Barbosa Franco. A elevação a vila foi ordenada por D. Luís Antonio, em outubro de 1770. A nova vila, muito próxima a Sorocaba, preenchia as mesmas condições de Faxina: possuir povoamento e colonização na área de passagem para o Tibagi, que era ainda muito despovoada.

São João de Atibaia, povoação que datava do século XVII, ao norte da capital, foi elevada a vila a 27 de junho de 1769; distinguia-se como fornecedora de víveres para São Paulo.

Mogi-Mirim, assim como Mogi-Guaçu, havia se formado desde fins do século XVII. Estavam situadas na direção dos caminhos que levam às regiões da mineração. Originaram-se de pousos bandeirantes. Sendo ambas freguesias, ao tempo de Morgado de Mateus, este optou por Mogi-Mirim para a constituição de Vila. Isto porque os vereadores de Jundiá (a cujo território ambas pertenciam anteriormente) haviam argumentado que a fundação da vila ficaria mais própria no lugar da freguesia de São José de Mogi-Mirim por esta ter maior capacidade e suficiência para se aumentar a sua povoação do que a Freguesia de Mogi-Guaçu, cuja situação era muito úmida; ao contrário, Mogi-Mirim localizava-se num plano seco em que se poderiam estabelecer casas que seguramente teriam maior duração.²⁹

Em março de 1770, o Morgado de Mateus dava conta a Pombal sobre o progresso das novas povoações fundadas ou elevadas a vila, sob sua responsabilidade³⁰. Declarava estarem aplainadas as dificuldades que se lhes haviam apresentado de início em São Luiz de Guaratuba, que encontrava-se então em progresso, pois ele já havia enviado ordens para que se constituísse em vila. No mesmo relatório, referia-se, ainda, positivamente, à Araripa e à Sabaúna.

²⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 192.

²⁹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli op. cit. p. 194.

³⁰ Ofício do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras. São Paulo, 27 de março de 1770. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit.p. 194.

Santo Antonio de Apiaí, que em 1735 era a Freguesia de Santo Antonio das Minas, também foi elevada a vila por D. Luís Antonio em 14 de agosto de 1771. Embora já bastante exploradas, suas jazidas ainda produziam algum ouro, justificando a existência da vila.

O Morgado de Mateus ainda, em 1773 e em 1774, tratou de promover mais duas povoações: Paraibuna e Campinas. Por ter notícia que na paragem chamada Santo Antonio da Barra de Paraybuna, entre as vilas de São Sebastião, Jacaréi e São Luiz do Paraitinga, havia terras suficientes para estabelecer uma boa povoação nomeou um fundador e diretor para fazer desenvolver a povoação. Mas, esta só teria andamento no século XIX. Quanto a Campinas, foi estabelecido que na área entre Jundiá e São João de Atibaia, denominada Campinas do Mato Grosso de Jundiá, Francisco Barreto Leme fundasse uma povoação. Na mesma data o governador expediu um bando para que se povoasse Campinas do Mato Grosso oferecendo aos povoadores os privilégios relativos às concessão de terras, ferramentas e isenção de serviço militar.³¹

CONCLUSÃO

A política de defesa do território e de povoação empreendida pelo governo de Morgado de Mateus pode ser sintetizada pela relação das principais ações empreendidas nas diferentes direções do território.

Ao sul, empreende a defesa e colonização do caminho do Viamão na rota terrestre para as expedições militares que iam combater os espanhóis no Rio Grande, promove a ocupação e defesa do litoral sul, promove uma ocupação dos sertões do Tibagi e dos Campos de Guarapuava. Nesta direção, podem ser destacadas as seguintes povoações: Faxina, atual Itapeva - SP; Itapetininga, atual Itapetininga - SP; Santo Antonio das Minas do Piaí ou Apiaí, atual Apiaí - SP; Santo Antonio do Registro, atual Lapa - PR; Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, atual Lages - SC; Santa Ana do Ipó, atual Castro - PR. Ainda, no litoral: Araripa, atual Araripa, localidade próxima a Cananéia - SP; Vila Nova

de São Luis de Guaratuba, atual Guaratuba - PR; Sabaúna, atual Sabaúna, bairro de Cananéia - SP.

Ao norte, o Morgado de Mateus empreende uma política de proteção das fronteiras com as Minas Gerais e de proteção do caminho para Goiás, fundando ou elevando a vila as seguintes povoações: São João Baptista de Atibaia, atual Atibaia - SP; São José de Mogi-Mirim, atual Mogi-Mirim - SP, Nossa Senhora da Escada, atual Guararema - SP; Botucatu - SP; São João do Atibaia, atual Atibaia - SP, Piracicaba - SP; Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, atual Campinas - SP.

Em direção ao Rio de Janeiro, no vale do Paraíba, foram estratégicas as ações junto às povoações de São José do Paraíba, atual São José dos Campos - SP; Nossa Senhora da Escada, atual Guararema - SP; São Luis do Paraitinga, atual São Luis do Paraitinga - SP; Caraguatatuba, atual Caraguatatuba - SP; Santo Antonio de Paraibuna, atual Paraibuna - SP.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, André Ferrand de, in "Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)", *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p.79 - 92.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo 1 Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo - II Mendes Gouvêa. (1618-1823). Projeto Resgate*, FAPESP, São Paulo, s.d.

³¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo 33, p. 160-1. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli, op. cit. p. 196.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

FILHO, Nestor Goulart Reis, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, São Paulo, 2000.

GUERREIRO, Inácio, “Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”, *Oceanos*, número 40, outubro/ dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.25 -42.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de, *Porto Alegre: a cidade e sua formação*, (2 ed.), Editora Gráfica Metrópole S. A., Porto Alegre, 1993.

PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, *Amazônia Felsinea: Antonio José Landi – itinerário artístico e científico de um arquiteto bolonhês na Amazônia do século XVIII*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. “ Fronteiras do Brasil Colonial”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.8 – 20.

SANTOS, Antonio da Costa, *Campinas, das origens ao futuro – compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*, Editora UNICAMP, Campinas, 2002.

TOLEDO, Benedito Lima de, *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo –destacando a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*, Editora João Fortes Engenharia, São Paulo, 1981.

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS

“*Carta Chorografica dos dous Certoens de Tibagy e Ivay* .. “Arquivo Histórico Ultramarino, in ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000, p.30.

“*Carta 9º da Costa do Brazil dezde a Barra de Santos athe a da Marambaya*” - Diogo Soares e Domingos Capassi, Arquivo Histórico Ultramarino, in: ALMEIDA, André Ferrand de, “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”, *Oceanos*, número 40, outubro/ dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.86.

“*Carte manuscrite de l’embouchure de Rio da Prata*”- Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, Biblioteca Nacional de Paris, 1740, in RUSSEL-WOOD, A. J. R. “ Fronteiras do Brasil Colonial” , *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.15.

“*Demonstração do Caminho que vai de Viamão até a cidade de São Paulo*” , Arquivo Histórico Ultramarino, Desenho do Sargento João Baptista, século XVIII, in ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.), *Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I Projeto Resgate*, EDUSC/ FAPESP/ IMESP, São Paulo, 2000, p.39.

“*Detalhe da “Planta da Barra da Villa de S.tos.”* – autor não identificado, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 209.

“*Frega. De Ararituaba*”. Arquivo Histórico do Itamarati, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas*

e *Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 219.

“*Fregz.a de S. Jose de Araripa*” - José Custódio de Sá e Faria, Arquivo Histórico do Itamarati, 1776, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p. 210.

“*Mappa do Continente da Colônia de Sacramento, R°. Grande de S. Pedro the a Ilha de S. Catharina com a Linha dvizoria da Arraya ajustada pelo Tratado de Limites Celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em anno de MDCCL*”. Biblioteca Pública Municipal do Porto, in GUERREIRO, Inácio, “Fronteiras do Brasil Colonial. A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 27.

“*N. S.ra da Conceição da Lage*” - José Custódio de Sá e Faria, Arquivo Histórico do Itamarati, 1776, in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p.211.

“*Planta da Praça de N. S.ra dos Prazeres do Rio Guatemy ..*” - atribuído a José Zuzarte, Biblioteca Nacional do rio de Janeiro., in REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, (colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentim Bruna), Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / FAPESP, 2000, p.266.

“*Vila da Laguna e barra do Taramandi na costa do Brasil e América Portuguesa*” – Diogo Soares, Arquivo Histórico Ultramarino, in: ALMEIDA, André Ferrand de, “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”, *Oceanos*, número 40, outubro/dezembro, 1999, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p.89.

